

## A ÉTICA SOCIAL DO PAPA FRANCISCO: DIÁLOGO COM A ECONOMIA DE COMUNHÃO

Robson Ribeiro de Oliveira Castro CHAVES<sup>i</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa observar o que propõe a conduta cristã frente aos problemas sociais e políticos. Papa Francisco, em sua proposta de uma ética social, nos alerta sobre a cultura do descarte na qual o ser humano é considerado um bem de consumo que pode ser usado e depois desprezado. Assim, analisaremos discursos e pronunciamentos do Papa Francisco que apresentam a realidade e a responsabilidade dos seres humanos em uma economia pautada no bem comum e atenta ao que preceitua a Economia de Comunhão (EdC). Nesta perspectiva, buscaremos observar a realidade da religião na vida pública da sociedade, principalmente na condição atual que destoa do que é pregado pelo Evangelho. Francisco adverte que devemos buscar o poder para ser um serviço e que a política e a economia devem ser mais humanas, servindo ao bem comum. Desta forma, observaremos o ressoar da EdC em nossa sociedade atrelado ao posicionamento do Papa Francisco que convoca a uma conversão ética que atenda aos aspectos de uma economia voltada para o próximo. Destarte, observaremos que, por muitas vezes, principalmente na condução ética, o discurso político-religioso não condiz com a conduta, o que nos apresenta um discurso religioso ideológico e farisaico.

**Palavras-chave:** Ética social. Papa Francisco. Economia de Comunhão (EdC). Religião. Bem comum.

---

<sup>i</sup> Mestre em Teologia pela FAJE, professor de Teologia do Instituto Teológico Franciscano – ITF, em Petrópolis (RJ) e professor de Ensino Religioso do Colégio Santa Catarina em Juiz de Fora (MG). E-mail: <robsonrcastro@yahoo.com.br>.

## 1. INTRODUÇÃO

A realidade social na contemporaneidade é complexa e muito conflitiva. A religião e suas influências são realidades presentes na esfera pública, principalmente na política. Jesus sempre se preocupou com a dignidade humana e fazia com que seus discípulos e seguidores tivessem a consciência do que queriam para a vida. Sua relação com o próximo era algo que, mediante sua admoestação, fazia valer a sua condução ética: “Se alguém quiser ser o primeiro – diz Jesus – há de ser o último de todos e o servo de todos” (Mc 9, 35).

Francisco se preocupa com a cultura do descarte que compromete o desenvolvimento humano integral. Dessa forma, se atenta aos problemas sociais e às realidades apresentadas. A ética cristã propõe uma atuação do indivíduo frente aos problemas sociais e ao Bem Comum. Destarte, o cristianismo diz ser necessário seguir os desígnios de Deus e observar a nossa atuação frente às dificuldades do dia a dia. Dessa maneira, buscaremos observar a falta de coerência entre discurso religioso de vida, a conduta ética e no antagonismo do discurso político-religioso que é incoerente com a realidade apresentada, tornando-se discurso religioso ideológico e farisaico.

Atento ao que se observa na sociedade atual e em busca de um diálogo com as convicções éticas e cristãs, é possível observar a realidade da EdC, do Movimentos dos Focolares, que nos ajuda a refletir sobre a gratuidade, comunhão, ética e as relações humanas.

Destarte é urgente observar o diálogo, pensar a possibilidade de uma efetiva da economia e da formação mais humana e menos predatória, colaborando para a cultura do encontro e partilha, em oposição a uma cultura do descarte.

## 2. A CULTURA DO DESCARTE NO PENSAMENTO DO PAPA FRANCISCO

Dessa forma, a Doutrina Social da Igreja traça normas e metas para o comportamento dos indivíduos, por isso a política deve estar a serviço das pessoas. É importante observar que o ser humano deve estar atento à sua atuação na política, procurando ser consciente da sua participação e responsabilidades nas próprias escolhas, sejam no âmbito individual ou social. (cf. CDSI, n. 384).

Acrescento ainda, ao observar essa condição de escolha e de grande responsável por sua realidade, que o indivíduo vive uma realidade de descarte, algo que é denunciado pelo Papa Francisco:

O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do “descartável”, que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são “explorados”, mas resíduos, “sobras”. (EG, n. 53).

Assim, em uma cultura do descarte, o consumo, o desrespeito e o individualismo comprometem a vida humana. “A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e, sobretudo, a grave carência de uma orientação antropológica, reduzindo o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.” (EG, n. 55).

Diante dessa realidade do descarte, Francisco apresenta uma sociedade igualitária, onde todos os seus membros busquem a fraternidade e o bem comum, e alerta: “Só poderá ter futuro uma cultura sociopolítica que inclua o acolhimento gratuito”. (FT. n, 141). Atento a essa realidade, é necessário refletir sobre o bem comum e a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com o próximo.

O bem comum não consiste na simples soma dos bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível e porque somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro. Assim como o agir moral do indivíduo se realiza em fazendo o bem, assim o agir social alcança a plenitude realizando o bem comum. O bem comum pode ser entendido como a dimensão social e comunitária do bem moral. (CDSI, n. 164).

Do mesmo modo, o homem, que por sua natureza é um ser político, nos apresenta a realidade vivida e a experiência de sua ação no meio público. O bem comum que visa o bem de um todo, ou seja, o bem da comunidade. Por isso, a noção de bem comum assume a realidade do bem pessoal e se coloca atento às realidades sociais do grupo e da comunidade em si mesma. “Uma comunidade é solidamente fundada quando tende para a promoção integral da pessoa e do bem comum”. (CDSI, n. 391).

E Francisco, na Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e a amizade social, corrobora para este pensamento ao afirmar:

Para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada a serviço do verdadeiro bem comum. Mas hoje, infelizmente, muitas vezes a política assume formas que dificultam o caminho para um mundo diferente. (FT, n. 154).

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja nos assevera que a comunidade política deve se colocar atenta ao bem comum e a um ambiente favorável ao ser humano e que os cidadãos tenham a possibilidade de exercer seus direitos e cumprir com seus deveres. (Cf. CDSI, n. 389).

Corroborando com esta realidade, Francisco afirma que é preciso observar nossa condição e ação para que sejamos instrumentos de uma boa política que vise o bem e a dignidade humana: “A política é um meio fundamental para construir a cidadania e as obras do homem, mas, quando aqueles que a exercem não a vivem como serviço à coletividade humana, pode tornar-se instrumento de opressão, marginalização e até destruição”. (FRANCISCO, 2019).

Desta forma, é preciso viver com caridade e zelar pelo próximo para ter condições de seguir em frente e ter uma colocação social.

O princípio da ação e da ética cristã é a caridade, para tanto, é necessário enaltecer as relações humanas e proporcionar uma igualdade entre todos. O ser humano se apega aos bens materiais e é nesta relação que há uma inversão dos valores éticos e morais. A caridade tem sua tradução na solidariedade, sendo esta última o bem primordial do ser humano que é a dignidade humana. (CHAVES, 2021, p. 183).

Sendo assim, é preciso observar que a autoridade política deve estar sempre atenta à realidade do bem comum de cada sociedade e, frente aos desafios, se colocar como parte da realidade vivida.

A autoridade política deve garantir a vida ordenada e reta da comunidade, sem tomar o lugar da livre atividade dos indivíduos e dos grupos, mas disciplinando-a e orientando-a, no respeito e na tutela da independência dos sujeitos individuais e sociais, para a realização do bem comum. (CDSI, n. 394).

Igualmente, diante dos desafios do dia a dia e da competitividade atroz da economia, âmbito este diretamente vinculado às questões políticas, Francisco acrescenta que a construção social atual não valoriza o ser humano e nem os trata com a dignidade que merecem, são meros objetos para consumo:

a função e a responsabilidade política constituem um desafio permanente para todos aqueles que recebem o mandato de servir o seu país, proteger as pessoas que habitam nele e trabalhar para criar as condições dum futuro digno e justo. Se for implementada no respeito fundamental pela vida, a liberdade e a dignidade das pessoas, a política pode tornar-se verdadeiramente uma forma eminente de caridade. (FRANCISCO, 2019).

Portanto, a realidade política deveria exercer um papel integrador comprometido com a superação das desigualdades sociais e da competitividade que se extrema, não coopera para o bem comum e enfatiza a cultura do descartável.

Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do “descartável”, que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, “sobras”. (EG, n. 53).

É certo que, diante das dificuldades e problemas na política, encontramos um descrédito pelo envolvimento nela e dos jovens por ela. De fato, a política deve ser colaboradora da paz e atenta às realidades: “a política é a favor da paz, se se expressa no reconhecimento dos carismas e capacidades de cada pessoa”. (FRANCISCO, 2019).

Diante deste contexto, é preciso observar o “cidadão de bem”, aquele que bate no peito como sendo detentor de uma boa ética e responsável pela moral cristã e não age de forma coerente com o próximo. Francisco alerta para a necessidade de se promover mais a dignidade humana do que os bens, pois considera inapropriado que o ser humano seja tratado como objeto e não respeitado em sua essência como ser querido e amado por Deus, mas somente mais um membro que produz e leva lucro e garantias para a sociedade desumanizada. (cf. EG, n. 224).

Para tanto, é preciso observar a conduta evangelizadora de Jesus frente aos problemas enfrentados em sua realidade e a construção de um diálogo frente aos problemas e desigualdades atuais.

O próprio Senhor Jesus, ao curar o leproso, restituir a vista ao cego, sentar-se à mesa com o publicano, poupar a vida da adúltera e convidar a tratar do viandante ferido, fez-nos compreender como cada ser humano, independentemente da sua condição física, espiritual ou social, seja merecedor de respeito e consideração. (FRANCISCO, 2018).

A relação humana deve se voltar para uma vivência cristã pautada no próximo. O Papa condena a existência de novos escravizados e alerta para a realidade dos que sofrem diante da desigualdade. Ao se colocar em serviço, o ser humano se preocupa mais com o outro e vive em comunhão com todos numa relação solidária. Assim nos é apresentada a imagem do Bom Samaritano (cf. Lc 10,25-37) e nos dá uma lição importante: o zelo pelo próximo e o tempo dedicado a ele, como fez o Samaritano com o homem descia de Jerusalém para Jericó, foi assaltado, despido de suas roupas, espancado, ficando quase morto. No caminho, vários homens passaram, mas um, aquele que menos se podia esperar

parou, ofereceu-lhe proximidade, curou-o com as próprias mãos, pôs também dinheiro do seu bolso e ocupou-se dele. Sobretudo deu-lhe algo que, neste mundo apressado, regateamos tanto: deu-lhe o seu tempo. Tinha certamente os seus planos para aproveitar aquele dia a bem das suas necessidades, compromissos ou desejos. Mas conseguiu deixar tudo de lado à vista do ferido e, sem o conhecer, considerou-o digno de lhe dedicar o seu tempo. (FT, n. 63).

Destarte, conseguir observar este caminho é preciso entender o que o Papa Francisco nos alerta para nossa realidade, “principalmente para como a cultura do ódio e da vingança compromete diretamente o bem da sociedade”. (CHAVES, 2021, p, 186). É preciso viver a transformação social do mundo moderno, não se deixando levar pela desvalorização do indivíduo e o poder acima de tudo. É necessário buscar atitudes éticas para que se possa vivenciar uma relação coerente na realidade no mundo de hoje, uma reestruturação das relações pautadas na misericórdia e na igualdade para todos, não somente numa busca pelo lucro acima de qualquer situação.

Francisco se preocupa em relatar sua insatisfação com a desvalorização do ser humano e a desigualdade social, asseverando contra o lucro sem medidas e o enriquecimento, males de uma realidade que está acima das relações harmoniosas de trabalho e família.

Contra a tendência para o individualismo consumista que acaba por nos isolar na busca do bem-estar à margem dos outros, o nosso caminho de santificação não pode deixar de nos identificar com aquele desejo de Jesus: “que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti” (Jo 17, 21). (GE, n. 146).

Francisco pretende promover uma ética teológico-cristã, encarnada na vivência cotidiana, pautada na acolhida e no respeito humano, enfim, inspirada na misericórdia divina, pois não “somos justificados pelas nossas obras ou pelos nossos esforços, mas pela graça do Senhor que toma a iniciativa.” (GE, n. 52). Que seja uma ética voltada, sempre, para a valorização da vida do outro enquanto este é sempre dom no qual Deus se revela a si mesmo.

Contudo, vivemos um comércio de todos os bens e de pessoas, diante desta realidade, é necessário observar o caminho e o contexto vivido

Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «recaída favorável» que pressupõem que todo o crescimento econômico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, exprime uma confiança vaga e ingênua na bondade daqueles que detêm o poder econômico e nos mecanismos sacralizados do sistema econômico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença. Quase sem nos dar conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse uma responsabilidade de outrem, que não nos incumbe. A cultura do bem-estar anestesia-nos, a ponto de perdermos a serenidade se o mercado oferece algo que ainda não compramos, enquanto todas estas vidas ceifadas por falta de possibilidades nos parecem um mero espetáculo que não nos incomoda de forma alguma. (EG, n. 54).

A Doutrina Social da Igreja católica trabalha com o conceito de bem comum e, neste, com o de solidariedade. Como já dito anteriormente, por bem comum entendemos o bem de todos e de cada um dos membros de uma comunidade política, seja ela uma associação, uma empresa, em município, um estado, um país. Por solidariedade, a Doutrina Social católica entende a “determinação firme e

perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos” (SRS n. 38).

Ora, este princípio se torna um princípio ético quando passa a orientar a ação das pessoas em sociedade. Neste caso, torna-se uma motivação intrínseca da atividade política e também da atividade econômica, valorizando a conquista da descoberta e do valor do indivíduo, característica da modernidade, mas, ao mesmo tempo, valorizando a interdependência e as relações interpessoais e sociais pautadas na solidariedade.

Francisco é enfático e apresenta seu desejo de falar desta solidariedade ao afirmar que:

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, não se pode dizer; mas uma palavra é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destruidores do império do dinheiro: as deslocamentos forçados, as emigrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas aquelas realidades que muitos de vós suportam e que todos estamos chamados a transformar. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem. (FRANCISCO, 2014).

De fato, pensar que é preciso observar a relação do ser humano com o seu próximo e os bens de consumo, além de refletir a condição de viver uma relação superabundante para o bem, na medida que se envolvem na promoção humana.

Uma terra será fértil, um povo dará frutos e será capaz de gerar o amanhã apenas na medida em que dá vida a relações de pertença entre os seus membros, na medida em que cria laços de integração entre as gerações e as diferentes comunidades que o compõem, e ainda, na medida em que quebra as espirais que obscurecem os sentidos, afastando-nos sempre uns dos outros. (FT, n.53).

A competição desenfreada vai à contramão da valorização do ser humano, transformando a pessoa em fantoche do mercado. Há uma perda de valores e se volta o olhar para o enriquecimento em desvalorização do trabalho e do próprio ser humano. Destarte, é necessário observar o trabalho humano, sua relação com o meio social e, atrelado a isso, o desenvolvimento dos trabalhadores para terem uma boa saúde física, psicológica, emocional e espiritual.

Desta forma, o trabalho é essencial, imprescindível e necessário para o ser humano, como já é evidenciado na Doutrina Social da Igreja.

O trabalho é essencial enquanto representa a condição que torna possível a fundação de uma família, cujos meios de subsistência se obtêm mediante o trabalho. O trabalho condiciona também o processo de crescimento das pessoas, pois uma família vítima do desemprego corre o risco de não realizar plenamente as suas finalidades. (CDSI, n. 249).

Assim, sobre esta ótica, é preciso observar as relações de trabalho e a acumulação de bens, principalmente no que observamos sobre o bom senso nas relações, entre os trabalhadores, os empresários e todos os que atuam nas empresas.

No Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Francisco não mede palavras para dizer com todas as letras aquilo que depois se tornaria um marco para sua luta pelos mais pobres e fragilizados.

Este nosso encontro responde a um anseio muito concreto, a algo que qualquer pai, qualquer mãe, quer para os próprios filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais distante da maioria das pessoas: *terra, casa e trabalho*. É estranho, mas se falo disto para alguns o Papa é comunista. Não se compreende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja. Medito sobre cada um deles, porque os escolhestes como palavra de ordem para este encontro. (FRANCISCO, 2014, grifo do autor).

A ética-teológica corrobora para a renovação do pensamento social de nosso tempo, no que tange à dignidade humana. É necessário entender a condição de seres em relação e não pautar no individualismo que compromete a nossa vida e nos fecha cada vez mais.

Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espectadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes econômicos transnacionais que aplicam o lema “divide e reinarás”. (FT, n. 12).

Neste contexto, refletir sobre a EdC e sua aplicabilidade na realidade atual traz uma contribuição para se entender o vínculo entre ética cristã, solidariedade social e bem comum.

### 3. A CULTURA PRESENTE NA EDC

A sociedade excludente não corrobora para a construção de sociedades mais igualitárias, nas quais todos possam ter iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, independentemente de sua classe social.

A sociedade se baseia nas relações, entretanto há um descaso com os mais pobres e vulneráveis. A religião, presente na política, se propõe a discutir com critérios éticos e evangélicos a realidade do povo e uma melhor estrutura para todos. Jesus, atento aos problemas de sua época, conscientiza os seus discípulos e seguidores sobre a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente dos problemas que sofre. Sua relação com o próximo nos apresenta sua condução ética quando ele afirma que: “Se alguém quiser ser o primeiro – diz Jesus – há de ser o último de todos e o servo de todos” (Mc 9, 35).

Diante de uma reflexão a partir do século XVIII, encontramos a construção de um pensamento em que o “mercado é concebido como um âmbito regido pelo princípio da troca, radicalmente diferente tanto do princípio que rege a esfera política (autoridade) quanto dos princípios da esfera privada e familiar (dádiva, gratuidade etc).” (BRUNI, 2005, p. 17).

É urgente observar a relação da construção de uma teoria econômica que se baseia na relação das pessoas: “(...) enquanto toda teoria econômica tradicional é centralizada nas mercadorias, a visão da economia civil dirige a atenção aos bens (isto é, às coisas boas) e, sobretudo, aos bens mais frágeis, como são os bens ‘relacionais’.” (BRUNI, 2005, p. 23).

A EdC tem sua gênese em uma viagem que Chiara Lubich fez ao Brasil em 1991 ao observar a pobreza e a sofrida situação econômica e social vivida por milhares de brasileiros. A EdC é mais que um projeto econômico, ela incorpora também um humanismo. (cf. BRUNI, 2005, p. 25).

No projeto inicial de Chiara, é possível identificar um modo de atuar e influenciar diretamente na ordenação social por meio da economia e do mercado. A proposta da

EdC busca resgatar a essência do ser humano, criado à Imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26) e a sua capacidade de doar, colaborar e, de forma gratuita, amar.

Sendo assim, pensa no ser humano como consumidor, mas não como aquele que descarta o que foi consumido, mas como protagonista de sua vida, ou seja, “um ator social que descobre ser o detentor de importante poder de influência, não só em relação *ao que* produz, mas também a *como* produz, representa uma importante conquista de civilidade.” (BRUNI, 2005, p. 66, grifo do autor).

Ou seja, uma abertura autêntica, singular e ética ao outro e a sua condição. Assim, ao observar o projeto e os objetivos da EdC, ela “desperta a nossa consciência – psicológica e moral –, levando-nos a ‘rever’ o cotidiano tedioso no qual todos vivemos, uns mais, outros menos.” (SORGI, 1998, p. 33).

É preciso compreender que a cultura é algo que insere o ser humano na sociedade e nos grupos que frequenta e atua. Falar de uma cultura é observar que é preciso compreender a realidade em que se vive e as diversas manifestações culturais da sociedade. Desta forma, para que a EdC produza frutos é necessário adentrar na cultura do dar, principalmente quando entendemos que “é preciso *crer verdadeiramente* no poder da unidade de intenções, que nasce quando tornamos nosso o interesse do cliente, ou seja, o interesse do outro, e assim como o da pátria ou da empresa do outro, abandonando a cultura da competição.” (FERRUCCI, 1998, p. 82, grifo do autor).

A EdC apropria-se do termo comunhão e é neste processo que se deve entender a realidade inerente ao contexto cultural de um povo ou nação. É preciso observar que “se a comunhão não se tornar cultura, não haverá qualquer esperança de a EdC durar no tempo e o problema social poder um dia ser resolvido”. (BRUNI, 2005, p. 25).

A comunhão torna-se uma recomposição da lógica do mercado e da realidade econômica: “superando a visão dicotômica empresa-mercado, ela [EdC] convida a que se vivam todas as relações como comunhão em vários níveis”. (BRUNI, 2005, p. 81). Assim, atrelado a esta realidade, é preciso apresentar a espiritualidade dos Focolares que tem por meta um mundo mais fraterno e unido e que não pense apenas no remanejamento de renda, mas uma transformação autêntica da cultura por um humanismo fundamentado na fraternidade. (cf. BRUNI, 2005, p. 27-28).

Desta forma, pensar na espiritualidade, não somente a focolarina, é observar que é preciso promover o amor recíproco e, de forma particular, a unidade. Essas duas realidades colaboram para refletir sobre a construção de uma sociedade mais justa, autêntica e humana.

Colocar a comunhão no cerne da vida econômica e da empresa significa afirmar que o “princípio da reciprocidade” é o princípio fundamental: a autoridade apoia-se nele. Essa afirmação não significa negar a existência e a importância da autoridade [...] mas significa reconhecer, *antes* que somos irmãos – portanto, iguais em dignidade – e *depois*, em segundo nível, que temos funções e tarefas, e, conseqüentemente, responsabilidades diferentes. (BRUNI, 2005, p. 81-82, grifo do autor).

Em ressonância com esta realidade, é preciso compreender que vivemos uma mudança de época, pois a realidade da sociedade hoje é pautada na cultura do ter e não na cultura do doar-se ou dar. “A ‘cultura do dar’ engloba uma visão de conjunto [...] e toda uma série de atitudes e comportamentos que qualificam as relações humanas e as orientam para a comunhão, nesse caso, sinônimo de unidade.” (BRUNI, 2005, p. 33).

A construção de uma sociedade que prega a comunhão só será possível a partir de uma visão antropológica que coloque a partilha, o dom e a reciprocidade como base e forma das relações sociais. Para Chiara, esta realidade da cultura do dar é considerada como:

o cerne da economia de comunhão e a base da esperança para sua difusão universal. Ele responde efetivamente às exigências mais profundas da natureza humana [...] “É no amor, é na doação” [...] que o homem, que tenha fé ou não, “encontra sua própria realização” (SORGI, 1998, p. 67).

Destarte, é preciso consolidar uma mudança cultural ao afirmar que a realidade da EdC só será possível quando as empresas e o critério ético que as regem se voltarem para a construção de um mundo melhor, mais humano e solidário, quando o lucro das empresas for voltado para os mais frágeis e excluídos da sociedade.

A EdC é um “desafio cultural profundo, baseado no apelo a *transformar o tempo da ação humana em uma ocasião de cooperação entre todos*, e a ver os resultados econômicos como o fruto da comunhão entre todos. (FERRUCCI, 1998, p. 83, grifo do autor). Chiara apresenta a realidade em que, em lugar de falar só do lucro, é preciso “colocar no centro o homem e sua felicidade; uma felicidade que não pode

divorcia-se da felicidade dos outros seres humanos que o cercam.” (FERRUCCI, 1998, p. 75).

#### 4. UMA NOVA REALIDADE PRESENTE NA EDC

A EdC “surge com a finalidade principal de luta contra a miséria como um meio para construção de um mundo mais justo e mais fraterno, objetivando contribuir para a edificação de um sistema econômico e de uma sociedade de comunhão sob a inspiração dos princípios cristãos.” (SOUSA; BARROS, 2017, p. 134).

Tal projeto tem por propósito refletir aspectos de uma doação em prol do outro; ela revela uma “concepção antropológica que não é individualista e nem coletivista, mas de comunhão. A ‘cultura do dar’ não se confunde com filantropia nem com assistencialismo, ambas, virtudes da abordagem individualista”. (SOUSA; BARROS, 2017, p. 134).

Destarte, é necessário observar a possibilidade de repensar a economia, pois a EdC como alternativa contra um “mercado globalizado, altamente competitivo e individualista, surge como uma economia que coloca o homem no centro do processo, constituindo unidades produtivas alicerçadas na comunhão e na solidariedade”. (SOUSA; BARROS, 2017, p. 137).

Desta forma, a construção de uma nova realidade nos apresenta o caminho ético de uma nova construção social e econômica, pautada na comunhão e na preocupação com o ser humano.

Não se trata apenas de *dar*, mas também de *dar a si mesmo*. Além de ser uma comunhão de bens, constatamos claramente uma comunhão de pessoas. O resultado é o surgimento de novas situações sociais, com novos tipos de relacionamentos, novos modelos socioculturais, frutos – e ao mesmo tempo propagadores e estímulo – de uma nova mentalidade, de uma nova cultura, denominada por Chiara Lubich ‘cultura do dar’ (SORGI, 1998, p. 32. grifo do autor).

Por isso, o Movimento dos Focolares tem como premissa a unidade e a comunhão e luta para manter uma sociedade sólida e atenta ao clamor dos mais necessitados. Para tanto, pensar em comunhão é pensar que ela “nasce muito mais das escolhas, dos valores interiorizados e da responsabilidade de cada um” (BRUNI, 2005, p. 132). É na comunhão e na esperança de relações éticas e mais humanas, e não somente em questões financeiras que se preocupam somente com o lucro e

fazem do ser humano um mero descartável, que está a possibilidade do resgate da centralidade da pessoa nas relações econômicas e políticas.

A comunhão é o resultado de escolhas individuais em que estão decisivos elementos como ética, honestidade, lealdade, fidelidade, todas realidades que, de imediato, não parecem relacionais, uma vez que são inerentes à consciência de cada pessoa. De fato, a comunhão não é uma dinâmica de grupo qualquer; ela emerge de pessoas “renovadas”, quando cada uma vive, em certos momentos incondicionalmente, a “cultura do dar”. (BRUNI, 2005, p. 133-134).

Uma das grandes características da EdC é propor a valorização da pessoa, como é baseada na realidade e formação do Movimento dos Focolares. A EdC se propõe também a:

melhores soluções para o homem singular, em relações bem determinadas (familiares, de vizinhança, profissionais e de amizade). Trata-se, portanto, de envolver com benevolência, amizade e amor o homem concreto com o qual sempre nos encontramos e que em geral não espera muito de nós senão um gesto de bondade, uma palavra amiga. (BIELA, 1998, p. 28).

O autor ainda continua afirmar que o projeto da EdC e a proposta de uma transformação na economia e sua relação com a condição humana passam por atitudes concretas. Além disso, é uma conversão contínua e ética, pois:

não se trata aqui de um discurso sobre o amor, benevolência ou amizade abstratas, mas indicações de exemplos concretos, tirados da vida comum, de como podemos ajudar um pouco nossos próximos na família, no local de trabalho, no escritório ou na rua. (BIELA, 1998, p. 28).

Atento à realidade do ser humano de hoje, é preciso de misericórdia mais do que nunca, pois temos uma sociedade ferida e que precisa ser curada, não apenas de doenças físicas, mas de doenças sociais, como a pobreza, a exclusão social e as diversas formas de escravização deste mundo.

O respeito pela pessoa humana e os seus direitos caminham juntos na necessidade de se repensar as estruturas econômicas, fugindo de uma economia líquida que só atende às necessidades de alguns, para uma economia social. Desta maneira, pensar em uma EdC é pensar em propor que a participação dos lucros não deve existir somente entre os membros da empresa, mas entre os menos favorecidos e mais necessitados da sociedade. (cf. FERRUCCI, 1998, p. 75).

Não podemos propor ou ser coniventes com uma sociedade tão desigual, pois Jesus veio para assumir o projeto do Pai e foi um defensor da igualdade para todos os homens e mulheres.

Assim, é preciso refletir que a propriedade privada deve ser preservada, mas o que não pode ocorrer é o “superpoder do capital sobre o trabalho, pois as empresas devem ser dirigidas por pessoas com gosto e talento para desenvolvê-lo, e não por pessoas, que, por razões diversas, são mais do agrado do acionista majoritário”. (FERRUCCI, 1998, p. 75).

Destarte, a EdC propõe uma relação da produção e o bem das relações para com os destinatários do trabalho, ou seja, “o trabalho a serviço dos outros.” (FERRUCCI, 1998, p. 77). Por isso, é urgente pensar que:

As instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que foram concebidas nesse sistema reproduzem a desigualdade social e muitas vezes se amparam em um arcabouço teórico-econômico, trazendo modelos de desenvolvimento que reduzem a complexidade das escolhas econômicas, desconsiderando o debate ético. (SOUSA; BARROS, 2017, p. 135).

Assim, diante da realidade apresentada e buscando base no que já foi apresentado no Compêndio da Doutrina Social da Igreja, a EdC “tenciona promover uma visão do agir econômico como compromisso para a promoção integral das pessoas e da sociedade, por meio de ações e comportamentos inspirados na fraternidade”. (SOUSA; BARROS, 2017, p. 137).

Uma grande realidade é a realização humana e sua transformação frente aos desafios atuais. É preciso compreender que o ser humano vive uma relação com o outro e, neste contexto, se apresenta a realidade da construção do indivíduo e seu amadurecimento.

uma economia realmente voltada para a pessoa humana precisa ter, como raiz, a livre iniciativa individual. Mas, por outro lado, faz-se igualmente necessária uma liberdade norteada não pelo individualismo, se quer um individualismo que tenha sido apenas purificado; e sim por um princípio que corresponda mais à natureza intrinsecamente social do ser humano. (SORGI, 1998, p. 66).

Para tanto, importa encontrar uma sociedade que está aberta aos outros, que vive e que atua com o propósito de construir um mundo melhor. É preciso,

promover uma sociedade mais humana e, acima de tudo, ações éticas pautadas na vivência cristã, tão esquecidas nos dias de hoje e que são tão urgentes. Não se pode compactuar com a desvalorização dos indivíduos, principalmente com a manipulação e propostas que vão contra o diálogo e a igualdade. (CHAVES, 2021, p. 187).

Desta maneira, pensar em uma Economia que seja dialogal, comprometida com o outro e com a realidade humana é algo necessário e salutar nos nossos dias. Além desta realidade, a cultura do dar passa pela realização de uma sociedade ética, humana e atenta ao clamor dos mais pobres e necessitados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de uma economia excludente, individualista e predatória, não atende mais aos anseios e necessidades da sociedade atual. A EdC, atrelada à proposta de uma economia que o Papa Francisco nos apresenta, corrobora para pensar o bem comum e a realidade de todos.

Assim, diante desta perspectiva, é necessário refletir os caminhos e as condições que temos na atualidade, além da ponderação de uma economia que fale mais do ser humano e menos do lucro, mais das relações humanas e menos dos valores arrecadados.

Destarte, nesta realidade, a cultura do dar e a responsabilidade social nos impulsionam para a reflexão prática de uma cultura que tem que mudar e se fazer ouvir, não somente uma realidade abstrata, mas algo concreto na construção de uma relação mais humana, ética e comprometida com os mais pobres e humildes.

### THE SOCIAL ETHICS OF POPE FRANCISCO:

Economy of Communion dialogue

#### ABSTRACT

Be it presenting a work that aims to observe or that proposes a Christian behavior in the face of social and political problems. Pope Francis, in his proposal for a social ethics, alerts us to the culture of disposal where the human being is considered a consumer that can be used and discarded. For this, we will analyze Pope Francis' speeches and pronouncements that present the reality and responsibility of two human beings in an economy that is not common and attentive or that precedes the Economy of Communion (EoC). From this perspective, we will seek to observe the reality of

religion in public life in society, especially in the current condition in which the Gospel is linked to it. Francisco warns that we must seek or be able to be a service and that politics and economics must be more human, serving as common. In this way, we will observe or revise the EoC in our society with a boldness or a posture of Pope Francis that calls for an ethical conversation that meets the aspects of an economy in focus or near. We will notice that, many times, mainly in ethical conduct, or in political-religious discourse that is not consistent with the conduct, or that presents us with an ideological and self-righteous religious discourse.

**Keywords:** Social ethics. Pope Francis. Economy of Communion (EoC). Religion. Very common.

## REFERÊNCIAS

**BIBLÍA DE JESURALÉM.** São Paulo: Paulus, 2002.

BIELA, Adam. Uma revolução “copernicana” para as ciências sociais. In.: \_\_\_\_\_; COSTA, Rui; ARAÚJO, Vera; SORGI, Tommaso; FERRUCCI, Alberto; GUI, Benedetto. **Economia de Comunhão.** Projeto, Reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2ª ed. Vargem Grande Paulista-SP: Editora Cidade Nova, 1998, p. 21-29.

BRUNI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia.** Vargem Grande Paulista-SP: Editora Cidade Nova, 2005.

CHAVES, Robson Ribeiro de Oliveira Castro. Terra, teto e trabalho: Direitos Humanos e a Doutrina Social da Igreja a partir do Papa Francisco. In.: **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis. V.36, n.1, Jan.-Abr. 2021, p. 173-189.

FERRUCCI, Alberto. Consideração sobre a economia de comunhão. In.: \_\_\_\_\_; BIELA, Adam; COSTA, Rui; ARAÚJO, Vera; SORGI, Tommaso; GUI, Benedetto. **Economia de Comunhão.** Projeto, Reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2ª ed. Vargem Grande Paulista-SP: Editora Cidade Nova, 1998, p. 69-92.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium** sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola, 2013. (EG)

FRANCISCO. **Discurso aos participantes no Iº Encontro Mundial dos Movimentos Populares.** (28 de outubro de 2014). Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco\\_20141028\\_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html)>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FRANCISCO. **Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé. Vaticano.** (08 de janeiro de 2018). Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco\\_20180108\\_corpo-diplomatico.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180108_corpo-diplomatico.html)>. Acesso em: 08 ago. 2021.

FRANCISCO **Exortação Apostólica Gaudete et Exultate**. Sobre a chamada à Santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018. (GE)

FRANCISCO. **Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do dia mundial da paz**. “A boa política está ao serviço da paz”. (1º de janeiro de 2019). Disponível em: <[http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco\\_20181208\\_messaggio-52giornatamondiale-pace2019.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20181208_messaggio-52giornatamondiale-pace2019.html)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti** sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Loyola, 2020. (FT).

JOÃO PAULO II, **Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis** pelo vigésimo aniversário da encíclica *Populorum Progressio*, 1987. (SRS) Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html)>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2011. (CDSI)

SORGI, Tommaso. A cultura do dar. In.: \_\_\_\_\_; BIELA, Adam; COSTA, Rui; ARAÚJO, Vera; FERRUCCI, Alberto; GUI, Benedetto. **Economia de Comunhão**. Projeto, Reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2ª ed. Vargem Grande Paulista-SP: Editora Cidade Nova, 1998, p. 31-68.

SOUSA, Francisco Rafael Félix de; BARROS, Pedro Ferreira. Economia de Comunhão: um estudo na perspectiva de retomada do debate ético na economia. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de; LIMA, Maria Messias Ferreira, PINHEIRO, Valéria Feitosa. **Capitalismo, trabalho e política social**. Série CEURCA: vol. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/capitalismo-trabalho-e-politica-social-vol-2-1250>>. Acesso em: 08 ago. 2021.